
SÔNIA M. G. LARANGEIRA

Departamento de Ciências Sociais
e Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Proletarização das Classes Médias?

O Caso dos Profissionais de Nível Superior no Brasil

243

O artigo discute questões relacionadas às chamadas novas classes médias: apresenta resumidamente as teses que fundamentam o debate teórico recente sobre o tema e analisa aspectos da atuação político-social (ação sindical) de profissionais de nível superior — engenheiros e médicos — no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. O estudo aponta para algumas conclusões: a) as novas classes médias tendem a desenvol-

ver uma identidade própria; b) características de ordem político-ideológica tendem a impedir a efetiva "proletarização" desses setores sociais; c) pressupostos puramente objetivos são incapazes de explicar diferenças de atitudes dos grupos sociais, o que obriga a consideração da dimensão subjetiva, associando-se a esta a natureza das relações de trabalho.

ESTE trabalho discute algumas questões relacionadas às chamadas novas classes médias, estando dividido em duas partes: na primeira apresenta resumidamente as teses centrais que fundamentam o debate teórico recente sobre o tema; na segunda analisa alguns aspectos da ação político-social (mais precisamente, a atuação sindical) de um setor específico da nova classe média, ou seja, profissionais de nível superior — engenheiros e médicos — no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

O estudo realizado aponta para algumas conclusões:

a) as novas classes médias, embora apresentando grande heterogeneidade, tendem a desenvolver uma identidade própria que as distinguiria dos setores burgueses e dos setores proletários;

b) diferenças essenciais entre as novas classes médias e as classes trabalhadoras, baseadas principalmente em fatores de ordem político-ideológica, tendem a impedir a efetiva "proletarização" das primeiras;

c) pressupostos puramente objetivos são incapazes de explicar diferenças nas atitudes políticas dos grupos sociais.

Introdução

Para tanto torna-se necessário considerar o papel da dimensão subjetiva, associando-se a esta a natureza das relações de trabalho.

O debate

O debate sobre classes médias é antigo e dele ressalta a demonstração — diante das transformações da estrutura ocupacional nas sociedades industrializadas, com o número crescente de trabalhadores não-manuais — da falsidade da tese marxista sobre a inexorabilidade da polarização social nas sociedades capitalistas.

Entre os marxistas, apenas recentemente a questão das novas classes médias passa a ser considerada, e autores como Nicolaus, Poulantzas, Wright, Abercrombie e Urry criticam a idéia de uma proletarianização não-problemática daquelas camadas sociais.

Poulantzas, talvez o mais conhecido dentre os acima citados, justifica a diferença fundamental entre classe trabalhadora e pequena burguesia, em termos não só da natureza do trabalho que desempenham — trabalho produtivo e trabalho improdutivo —, mas também em função de aspectos político-ideológicos resultantes da divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual.

Eric O. Wright, por sua vez, argumenta que, com o desenvolvimento do capitalismo, a maioria da população ocuparia posições de classe contraditórias: de um lado, explorada e, de outro, exploradora. (Wright, 1986:87). A ilustração típica dessa situação seria representada pelos profissionais de nível superior assalariados, os quais, embora subordinados ao capital, enquanto empregados assalariados, possuiriam controle sobre o "capital cultural" — qualificação especial de acesso restrito —, o que os tornaria beneficiários privilegiados em relação ao conjunto de trabalhadores. Segundo Wright, seria plausível esperar que esses segmentos (não só nos países altamente industrializados, mas principalmente nos países do terceiro mundo) viessem a identificar-se com projetos anticapitalistas.

A abordagem de Wright tem como pressupostos básicos: a) a classe trabalhadora não pode ser considerada, nas condições atuais, como a única classe em contradição com o capital; b) socialismo/comunismo não podem ser considerados a única alternativa ao capitalismo.

N. Abercrombie e J. Urry propõem, para uma análise das classes sociais, uma fórmula conciliatória que incorpore elementos da teoria marxista e da teoria weberiana sobre a

questão. Dessa forma, ao definir classe social os autores acima consideram as dimensões relacionadas à situação de mercado (origem e valor da renda, grau de estabilidade de emprego e oportunidade de mobilidade social vertical) e à situação de trabalho (posição na divisão do trabalho), sendo a última fator determinante para aquela definição.

Em relação à estrutura de classes das sociedades capitalistas atuais, os autores chamam a atenção para a tendência à "socialização do trabalho improdutivo" expresso pelo crescimento do setor de "trabalhadores intelectuais" (educated labour), o que atribuem a exigências de ordem não simplesmente econômica mas, ao contrário, política — como resultado da tentativa de eliminar o controle do trabalhador sobre o processo do trabalho.

Abercrombie e Urry consideram o papel dos chamados trabalhadores intelectuais de fundamental importância para a reestruturação das relações sociais capitalistas. Desfrutando, sob o argumento da competência, de autonomia e responsabilidade na esfera do trabalho, aqueles setores sociais procurariam concentrar em suas mãos funções do capital. De outro lado, baseando seu poder no monopólio de credenciais educacionais, tenderiam a promover a desqualificação dos demais trabalhadores. O poder dos "trabalhadores intelectuais" tenderia, assim, a crescer *vis-à-vis* a posição dos capitalistas e dos trabalhadores. Além disso, responsáveis por transformações na política contemporânea, com a promoção de lutas fragmentárias externas ao mundo do trabalho, atuariam negativamente sobre a ideologia proletária, deslocando a problemática dos trabalhadores do centro das preocupações sociais. (Abercrombie e Urry, 1984:151).

Os estudos acima referidos têm em comum o fato de chamarem a atenção para a presença das chamadas novas classes médias nas sociedades capitalistas contemporâneas, atribuindo-lhes identidade própria e significado político. Os autores condenam o reducionismo econômico e tentam incorporar em suas definições de classe aspectos não diretamente relacionados à produção — elementos político-ideológicos em Poulantzas e credenciais educacionais em Wright, Abercrombie e Urry.

Todavia, a despeito das afirmações em contrário, a ênfase na dimensão estrutural tende a permanecer. Em Poulantzas, por exemplo, isso é claro com a utilização dos conceitos de trabalho produtivo e trabalho improdutivo para

caracterizar a distinção da pequena burguesia em relação ao proletariado.

Em relação aos demais autores, o recurso à idéia de "credenciais educacionais" não é capaz de superar as dificuldades de uma abordagem estruturalista: a posse ou não de credenciais educacionais (contrôle ou não do processo produtivo) determinaria a divisão em estrato inferior e estrato superior, aos quais corresponderiam elementos ideológicos próprios. Dessa forma, deixa-se de aprender o que se busca com a valorização da dimensão ideológica, ou seja, a possibilidade de compreender a diversidade de atitudes político-ideológicas considerando-se segmentos de trabalhadores em condições de trabalho similares.

Nas secções seguintes pretende-se mostrar, através da análise do movimento sindical, de duas categorias de profissionais de nível superior — engenheiros e médicos — a importância de aspectos extra-econômicos na caracterização das atitudes sócio-políticas das classes médias.

Em termos mais gerais, o trabalho procura mostrar que, mesmo quando críticos do capitalismo e apoiando soluções como o socialismo, as classes médias não abandonam a idéia da divisão do trabalho baseada em credenciais educacionais. Ao contrário, buscam a legitimação de seu poder a partir da idéia de uma suposta competência derivada do monopólio do conhecimento técnico-científico. Nesse sentido, a idéia de libertação estaria relacionada à idéia de domínio da Ciência, do conhecimento, mantendo a percepção de que o acesso a esse conhecimento é necessariamente restrito. Permanece, assim, a idéia de adequação da divisão entre trabalho manual e intelectual.

Procura-se também mostrar as diferenças na atuação sindical de duas categorias profissionais em condições de trabalho similares. As diferenças encontradas são atribuídas à relevância dos aspectos subjetivos derivados da natureza de suas relações de trabalho, considerando-se o contexto da sociedade brasileira.

Movimento sindical de profissionais de nível superior

SINDICATO DOS ENGENHEIROS

Em 1978, assume a direção do Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul (SENGE-RS) um grupo de oposição, derrotando uma diretoria que se mantivera no cargo por 25 anos. O movimento de renovação sindical, iniciado no ano anterior, foi pioneiro no Brasil e a sua

experiência renovadora serviu de modelo a outros sindicatos da categoria no país.

O objetivo do grupo era o de adequar a atuação e estrutura do sindicato à nova realidade da categoria social que representava, assim como ao novo contexto de transformações da sociedade brasileira que então experimentava o processo de abertura política.

No decorrer da década de 70 os engenheiros haviam-se transformado de profissionais liberais em trabalhadores assalariados (aproximadamente 80% da categoria no Rio Grande do Sul era de assalariados no início dos anos 80, segundo dados levantados pelo Sindicato) e nessa condição enfrentavam problemas de desemprego, de subemprego, rebaixamento salarial, degradação das condições de vida e de trabalho (cerca de 25%, segundo dados levantados pelo Sindicato, trabalhavam sob condições de periculosidade e insalubridade).

O grupo de oposição parte dessa constatação em suas considerações sobre a situação da categoria, apontando para a identidade que existiria entre engenheiros e demais trabalhadores, consideradas as condições de vida e de trabalho de ambos os setores.

Uma das questões imediatamente enfrentadas pela nova diretoria foi a do dissídio coletivo — direito negado a profissionais de nível superior, sob o argumento de que seus sindicatos seriam constituídos predominantemente por patrões e profissionais liberais. Outra preocupação nesse sentido foi com o estabelecimento de contratos coletivos de trabalho, os quais permitiram assegurar melhores condições de trabalho.

Reafirmando a identidade entre a situação dos engenheiros e a dos demais trabalhadores, o sindicato adere ao novo movimento sindical que então desponta no país, congregando-se à luta dos trabalhadores em geral. Integra-se ao movimento intersindical — o que na ocasião representou ato de rebeldia por contrariar dispositivos legais que impediam a associação de sindicatos —, apoiando bandeiras propostas pelas centrais sindicais, como liberdade de organização, autonomia sindical e ampliação dos direitos trabalhistas.

Todavia, há que considerar que, ao lado dessa integração, o sindicato também atua na defesa de interesses corporativos, em oposição aos interesses de outros trabalhadores. Exemplo disso foi a luta sustentada pelos enge-

nheiros contra a lei que dispunha sobre o exercício profissional do técnico de 2.º grau, concedendo-lhe atribuições profissionais (1) que, segundo os engenheiros, exorbitavam à competência daquele, por avançar em terreno considerado exclusivo dos engenheiros. É surpreendente o vigor com que os últimos mobilizaram-se, ao nível local e nacional, contra a regulamentação da referida lei. O argumento utilizado referia-se à competência de cada categoria. Nessa discussão, evidencia-se por parte dos engenheiros uma atitude de defesa irrestrita do mercado de trabalho, fundamentada no argumento da qualificação/formação superior, negando ao técnico de 2.º grau oportunidade de ascensão profissional sempre que esta viesse a ameaçar o monopólio de credenciais dos engenheiros.

Uma das questões centrais debatidas pelo movimento renovador nos Sindicatos dos Engenheiros de todo o país refere-se à questão da tecnologia. Essa preocupação acha-se estreitamente ligada à defesa do mercado de trabalho e de melhores condições de trabalho para os engenheiros. Segundo a percepção do Sindicato, a ausência de um desenvolvimento tecnológico nacional e a consequente importação de pacotes tecnológicos seria responsável pelas altas taxas de desemprego e subemprego da categoria, assim como pelo caráter rotineiro do trabalho do engenheiro e sua consequente desvalorização profissional.

Ainda que orientado por uma preocupação corporativa, o debate propicia uma discussão crítica sobre a natureza do desenvolvimento econômico brasileiro, embora conserve uma clara ambiguidade. Tal ambiguidade expressa-se na medida em que, de um lado, denuncia-se o caráter subordinador da tecnologia importada, a qual importaria aos países do terceiro mundo um modelo de desenvolvimento dissociado do atendimento das necessidades básicas da população, promovendo a concentração de renda e de poder na sociedade. A alternativa ao modelo tecnológico dependente seria a promoção de um desenvolvimento baseado em tecnologia e recursos próprios, visando reduzir as importações, ampliar o mercado interno e redirecionar os investimentos aos setores de elevada prioridade social.

De outro lado, porém, mantém-se a defesa de reserva de mercado para todos os setores de tecnologia estratégica, tais como informática, mecânica, química fina, biotecnologia e

(1) As atribuições legais davam aos técnicos de 2.º grau o direito de construir edificações com área inferior a 100 m².

engenharia consultiva, evidenciando-se assim o comprometimento com o avanço tecnológico e a utilização de tecnologia moderna característica dos modelos gerados nos países centrais.

A despeito das ambiguidades e das preocupações corporativas que muitas vezes pautaram a orientação do Sindicato em estudo, cabe reconhecer que o mesmo contribuiu para o avanço da luta dos trabalhadores em geral, apoiando questões importantes como o foram as relacionadas ao movimento sindical e à discussão sobre tecnologia nacional. Essas considerações não autorizariam, porém, a afirmação da existência de uma completa identidade de interesses entre aqueles setores e a classe trabalhadora em sentido estrito.

SINDICATO DOS MÉDICOS

O Sindicato dos Médicos do Rio Grande do Sul (SIMERS), como os demais sindicatos de profissionais no Brasil, passa por um processo de renovação na segunda metade dos anos 70, com o objetivo de ativar o sindicato, mantido estagnado por décadas. A meta é promover a mobilização da categoria, no sentido de lutar por melhores condições de vida e de trabalho.

De acordo com a liderança sindical, a situação dos médicos poderia ser caracterizada, de um lado, pela desconsideração e desrespeito social e, de outro, pela degradação das condições de trabalho. Dois fatores principais são apontados como responsáveis por aquela situação: a) a política de saúde implementada pelo Estado, a qual acusam de demagógica e paternalista por promover arbitrariamente o que chamam a socialização da Medicina; b) o excessivo número de ingressos dos Cursos de Medicina, inflacionando o mercado com médicos de baixa qualificação incapazes de resistir à degradação das condições de trabalho⁽²⁾.

De fato, a complexificação econômica e social experimentada pela sociedade brasileira nos anos 70 e 80 determinou transformações significativas na carreira médica, expressas por altos índices de assalariamento e precárias

(2) Segundo dados do Sindicato, o Brasil teria uma alta proporção de médicos por habitantes (1 médico por 1000 habitantes — uma taxa similar à de países desenvolvidos). Haveria também uma desproporção, desfavorável aos médicos, entre as taxas de crescimento do número de médicos (8% ao ano) e a da população brasileira (2,4% ao ano). Na verdade, a última relação é equivocada, já que a proporção de população a ser incorporada ao Sistema de Saúde é muito grande.

condições de trabalho. O sistema de saúde do Estado foi significativamente ampliado, ao mesmo tempo em que reduziam-se os investimentos governamentais na área da saúde.

Observam-se também alterações importantes no exercício da Medicina com a utilização de tecnologia sofisticada, verificando-se a tendência à polarização com uma minoria de profissionais menos qualificados.

Em relação à avaliação do Sindicato sobre os fatores responsáveis pelas dificuldades enfrentadas pela categoria, caberia observar o seguinte:

a) o Estado é considerado o principal inimigo, por implementar uma política de saúde considerada demagógica e paternalista. Aquelas dificuldades resultariam, pois, de fatores contingentes e não estruturais e poderiam ser superadas através de ações isoladas;

b) o argumento sobre o número excessivo de graduados, sua baixa qualificação e impacto no mercado de trabalho deixa de considerar aspectos importantes como sejam a necessidade de expansão do sistema de saúde e a consequente criação de novos postos de trabalho, a necessidade de redução do número de pacientes por cada médico, a necessidade de melhorar a qualidade do sistema educacional, inclusive o de educação superior, e a necessidade de maior investimento governamental na área da saúde e educação.

Em relação ao último ponto, é interessante notar que os médicos não se identificam e, em consequência, não tentam unificar suas lutas com a de outras categorias sociais em condições semelhantes, como é o caso, por exemplo, dos profissionais da educação.

A atuação do Sindicato médico é de fato caracterizada por forte apelo corporativista, voltado para a defesa de interesses imediatos: “é necessário transformar as potencialidades da categoria em poder para que o mesmo seja usado na defesa de interesses legítimos, ou seja, respeitabilidade da profissão médica, justo pagamento social e material pelos serviços médicos e defesa da realização profissional” (Boletim SIMERS, Editorial, Out. 1978).

Evidencia-se também seu carácter conservador. A despeito de assumirem a condição de assalariados, buscando na ação sindical recorrer ao instrumento característico dos trabalhadores, os médicos não se identificam com os trabalhadores, já que os primeiros têm por objetivos reconquistar a “dignidade perdida”.

No que se refere aos médicos, assalariamento definitivamente não significa "proletarização". Ao contrário, o assalariamento, ao invés de contribuir para aproximá-los dos demais trabalhadores, serve para separá-los, reforçando o sentido corporativo uma vez que a tendência à proletarização é vista como uma ameaça a ser combatida.

Nesse sentido, é interessante observar que, apesar de uma clara disposição de luta em favor de direitos trabalhistas (redução do número de pacientes por hora, pagamento em dobro das horas extra e eleição de delegado sindical), o Sindicato não participa do movimento sindical mais amplo. Seu apoio às reivindicações dos trabalhadores verifica-se em relação a questões isoladas que coincidam com os interesses próprios da categoria: liberdade de organização sindical; não intervenção do Estado na vida sindical; direito de greve a todos os trabalhadores.

Dada a particularidade e importância da conjuntura política no Brasil nos últimos 10 anos, caracterizada por grande efervescência sindical e por isso mesmo demandando um posicionamento face às disputas que então se verificavam, a omissão dos médicos nesse sentido é ilustrativa de sua intenção de permanecer distante dos trabalhadores. De fato, a intenção é organizar a categoria, alcançar o poder de barganha, mas isoladamente. Nesse sentido, o Sindicato enfatiza a necessidade de ter uma representação corporativa no Parlamento, elegendo deputados compromissados com os interesses da categoria, independente de filiação partidária.

Na verdade, a possibilidade de união entre médicos e demais trabalhadores torna-se remota em razão da relação contraditória existente entre os mesmos: os médicos são contrários à ampliação do sistema governamental de saúde.

Ainda em relação à atuação sindical dos médicos, torna-se patente o seu carácter estritamente corporativo, ao observar-se a sua omissão na discussão dos problemas mais amplos da sociedade brasileira, afetada por graves problemas sociais especialmente na área de saúde.

Através do estudo de casos representativos de sindicatos de profissionais de nível superior, tenta-se mostrar que:

1) o assalariamento de profissionais liberais não necessariamente levaria a sua identificação com os trabalhadores em geral. Os profissionais assalariados, mesmo quando comprometidos com as reivindicações gerais dos trabalha-

dores, tendem a recuar sempre que aquelas possam afetar seus privilégios corporativos.

2) verificam-se diferenças importantes no que se refere ao conteúdo das ações político-ideológicas dos sindicatos estudados, cuja origem poderiam ser buscadas na natureza das relações de trabalho de cada categoria.

Em relação ao último ponto, caberia considerar alguns aspectos particulares relacionados às profissões examinadas.

Os engenheiros são profissionais cuja origem acha-se estreitamente relacionada ao desenvolvimento do capitalismo, enquanto agentes técnicos indispensáveis ao processo de industrialização/urbanização. Como tal, sua função foi, em grande parte, dependente da iniciativa empresarial, tendo significado menos autonomia à maioria dos profissionais, o que se torna característico com o desenvolvimento das grandes corporações.

A dependência do engenheiro manifesta-se também em relação ao mercado, na medida em que o nível de demanda não pode ser controlado pelos próprios profissionais, sendo condicionado pelo nível de desenvolvimento econômico e técnico-científico. Em situação de intensa mudança tecnológica, o *status* profissional não depende apenas do monopólio de credenciais, mas passa a exigir capacidade de acompanhamento daquelas mudanças.

A dependência do engenheiro em relação ao desenvolvimento econômico e técnico-científico é agravada no caso dos países subdesenvolvidos. Em países como o Brasil, onde o expressivo crescimento industrial é, em grande parte, dependente de tecnologia estrangeira, o engenheiro tende a ver diminuída sua importância (o problema é menos grave em relação à engenharia civil). Na maior parte dos casos, a presença do técnico de nível médio torna-se mais importante para o processo de produção do que a do engenheiro.

O impacto dessa situação no mercado de trabalho é significativo. É, pois, compreensível a preocupação dos engenheiros com os problemas mais globais da realidade sócio-econômica, bem com a natureza do desenvolvimento econômico.

A realidade dos médicos é diferente: não constituem um produto típico da Revolução Industrial; sua presença era já expressiva na sociedade pré-industrial, atendendo a uma elite de cujo *status* e privilégios tiravam benefício.

Além disso, a prática médica possui algumas particularidades: caracteriza-se por ser uma relação direta e pessoal

entre o profissional e o paciente, fortemente influenciada por fatores de ordem emocional. Os serviços médicos estão ligados a uma necessidade essencial e envolvem um aspecto tão caro ao ser humano quanto a vida. Importantes aspectos ideológicos estão, assim, envolvidos: as idéias de vida e morte relacionadas às idéias de competência, vocação, raridade emprestam ao médico uma imagem carismática, a qual é associada à ideia de "salvação". Essa imagem oferece ao médico grande poder de barganha para impor relações de trabalho que lhe convêm.

A massificação dos serviços médicos trouxe importantes transformações no exercício da atividade médica: por exemplo, o assalariamento crescente, tanto no setor público quanto no privado (ainda que o trabalho autônomo não tenha desaparecido, sendo frequentemente exercido complementarmente ao trabalho assalariado), determina a perda de autonomia e de *status*.

Dada a natureza dessas transformações, torna-se compreensível o esforço dos médicos em tentarem, ao menos em parte, recuperar as antigas condições.

De outro lado, a prática médica, marcada por relações pessoais, contribui ao desenvolvimento de uma visão individualista e fragmentada da sociedade.

Finalmente, em relação às possibilidades de uma efetiva proletarização dos profissionais de nível superior, torna-se necessário considerar as particularidades próprias da constituição daqueles agentes, caracterizada principalmente pelo monopólio de credenciais educacionais. Essa condição é carregada de efeitos ideológicos, relacionados à tendência à sacralização e neutralidade do conhecimento técnico-científico. Desta perspectiva, o profissional é percebido como agente neutro, responsável pelo desenvolvimento e progresso da humanidade, obstaculizando-se assim um exame crítico de seu papel social. Esses elementos ideológicos servem para legitimar a superioridade do profissional *vis-à-vis* a inferioridade do trabalhador, impedindo assim a constituição de uma identidade entre os mesmos. ■

Referências Bibliográficas

254

- Abercrombie, N.; Urry, J. 1984 *Capital, Labour and Middle Class*. 2 ed., London, G. Allen & Unwin.
- Albuquerque, J. A. (org.) 1977 *Classes Médias e Política no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Boschi, R. 1986 "A Abertura e a Nova Classe Média na Política Brasileira: 1977-1982", *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 1, n.º1 (jun.).
- Calvert, P. 1982 *The Concept of Class. An Historical Introduction*. London, Hutchinson.
- Carter, R. 1985 *Capitalism, Class Conflict and the New Middle Class*. London, Routledge & Kegan Paul.
- Dahrendorf, F. 1959 *Class and Class Conflict in an Industrial Society*. London, Routledge & Kegan Paul.
- Garrard, J. et al. (org.) 1978 *The Middle Class in Politics*. Farnborough, Saxon House.
- Glucksmann, A. 1974 "Nous ne sommes pas tous proletaires", *Les Temps Modernes*, (jan-fev.), 530-1.
- Gorz, A. 1974 "Caractères de classe de la science et des travailleurs", *Les Temps Modernes*, (jan-fev.), 530.
- Gouldner, A. 1979 *The Future of the Intellectuals and the Rise of the New Class*. New York, Oxford University Press.
- Gramsci, A. 1974 "A Formação dos Intelectuais", in *Obras Escolhidas*. Lisboa, Estampa, Vol. II.
- Kawamura, L. 1981 *Engenheiro: Trabalho e Ideologia*. São Paulo, Ática.
- Kawamura, L. 1986 *Tecnologia e Política na Sociedade. Engenheiros, Reivindicações e Poder*. São Paulo, Brasiliense.
- Larson, M. S. 1979 *The Rise of Professionalism. A Sociological Analysis*. Berkeley, U.C. Press.
- Mills, W. 1951 "White Collar", in *The American Middle Classes*. New York, Oxford University Press.
- Poulantzas, N. 1975 *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Rodrigues, L. M. 1984 "Uma Nova Classe", *Jornal da Tarde. O Estado de São Paulo*, 14.4.1984.
- Saes, D. 1977 "Classe Média e Política de Classe (uma nota teórica)", *Contraponto*, 2 (nov.).
- Saes, D. 1985 *Classe Média e Sistema Político no Brasil*. São Paulo, T. A. Queiroz.

- Souza, E. 1985 "Os Intelectuais e suas Organizações", in Soares, Maria Susana Arrosa (org.), *Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*. Porto Alegre, ed. da UFRGS.
- Vianna, L. W. 1985 "Os Intelectuais da Tradição e a Modernidade: os Juristas da OAB", in Soares, Maria Susana Arrosa (org.), *Intelectuais nos Processos Políticos da América Latina*. Porto Alegre, ed. da UFRGS.
- Wright, E. O. 1985 *Classes*. London, Verso.

Anais, Periódicos, Panfletos

255

- Boletim do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, SIMERS, 1977-1979.
- CUT-RS*. I Seminário Estadual de Tecnologia e Automação. Texto Básico. Porto Alegre — RS (abril), 1986.
- CUT-RS*. Os Trabalhadores e a Tecnologia e Automação. Porto Alegre-RS (abril-maio), 1986.
- FNE*. Resumo. IV Encontro Nacional dos Engenheiros. Brasília, DF (outubro), 1986.
- FNE/SENGE-RS*. Anais I Encontro Nacional dos Engenheiros. Gramado, RS (dez.), 1980.
- FNE/SENGE-RS*. Anais II Encontro Nacional dos Engenheiros. Niterói, RJ (junho), 1982.
- FNE/SENGE-RS*. Anais III Encontro Nacional dos Engenheiros. João Pessoa, PB (setembro), 1984.
- Jornal da Associação Médica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, AMRIGS, 1977-88.
- Jornal SIMERS*. Porto Alegre, SIMERS, 1982-88.
- O Engenheiro*. *Jornal semestral do SENGE-RS*. 1978-1987.
- SENGE-RS et al.* I Congresso Estadual de Profissional da Área Tecnológica. Ijuí-RS (maio), 1986.
- SENGE-RS et al.*. Seminário RS: Futuro e Constituinte. Porto Alegre (outubro), 1986.